

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro defende pressão sobre Aneel contra subsídio	2
Título: “Taxa solar”, mas chame de ignorância das trevas	3
Título: Tarifa para excedente reabre negociação em torno de Itaipu	6
Título: Uma avaliação dos leilões de petróleo e gás	8
Título: Destaques	11
Título: Neoenergia usa comunicação para diminuir ligações clandestinas	11
Título: Curtas	13
Título: Pemex em águas turbulentas diante de piora das dívidas	13
Título: Pátria planeja novas concessões no país	16
Título: Crescem conflitos devido ao uso da água no Brasil	19
Título: Greenfield denuncia 29 por rombo de R\$ 5,5 bi em fundos de pensão.....	27
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	28
Título: Bolsonaro quer dar subsídio para luz de templos religiosos	28
Título: Greenfield denuncia assessor de Guedes	31
Título: Acusação envolve fundos de pensão e a Sete Brasil	32
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	33
Título: Bolsonaro assinará na Índia acordos para elevar comércio	33
Título: Assessor especial de Guedes é denunciado por gestão temerária	35
Título: Cofrinho	38
VEÍCULO: O Globo.....	38
Título: Ministério da Economia desconhecia fundo do petróleo.....	38
Título: Petróleo: chances e obsolescência	40

Título: MPF denuncia 29 por fraudes na Sete Brasil	41
Título: Fundos estatais perderam bilhões com fraudes na avaliação de ativos	44

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa e Edna Simão — De Brasília

Título: Bolsonaro defende pressão sobre Aneel contra subsídio

Ideia é criar uma reserva para tratar de variações dos preços dos combustíveis

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que tem “todo o direito do mundo” de atuar para que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) desista de eliminar subsídios para a energia solar.

Ele fez a afirmação em sua “live” semanal no Facebook, ao rebater um texto de opinião publicado no jornal “O Globo”. Para o jornal, é “inconcebível” que Bolsonaro “intervenha em um organismo fora de seu alcance institucional [...], a Aneel, para que ela volte atrás na ideia de reduzir os incentivos”.

“Eles [Aneel] são autônomos, independentes, mas não soberanos”, disse Bolsonaro. “É minha opinião e eu tenho todo o direito do mundo de trabalhar para que a Aneel não venha a taxar a energia produzida por raios solares. Ponto final.”

O tema opôs Bolsonaro e sua equipe econômica. O presidente ameaçou de demissão servidores que falarem em reduzir os subsídios. Mas Bolsonaro tem o respaldo dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

“Estamos no mesmo time, então a Aneel recuou”, disse Bolsonaro. “Ou o ‘Globo’ quer agora que a agência tenha mais poder do que o presidente da República e o Congresso Nacional?”

Anteontem, Bolsonaro reuniu-se com um dos diretores da Aneel, Rodrigo Limp, no Palácio do Planalto. Saiu do encontro dizendo que ele concorda com sua visão de que não se devem reduzir os subsídios. Limp é relator do caso, que deverá ter uma decisão colegiada da Aneel no próximo dia 21.

Também ontem, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse que, em dois meses, deve estar pronta para apresentação a Bolsonaro a proposta de criação de uma reserva para tratar de variações dos preços dos combustíveis.

Após reunião no Ministério da Economia, ele explicou que não se trata de um fundo, mas sim de uma reserva para esta finalidade.

Ainda não está definido como essa “reserva” será operacionalizada, ou seja, se haverá necessidade de envio de projeto de lei, por exemplo, ao Congresso. Isso, na avaliação do ministro, ficará mais claro no próximo mês.

Albuquerque destacou que a ideia é que essa reserva seja composta por royalties e participações especiais. Ele afirmou que não há pressa para que medidas como esta entrem em vigor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner

Título: “Taxa solar”, mas chame de ignorância das trevas

Há menos de um mês, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) celebrou os elogios públicos recebidos da Moody’s e da Standard and Poor’s pela transparência e pela qualidade do ambiente regulatório no setor. No pós-Réveillon, o presidente Jair Bolsonaro mirou na cabecinha da agência e resolveu que estão encerradas as discussões que ocorriam desde o início do ano passado sobre mudanças nas regras para a geração de energia por painéis solares. Depois do “ninguém mais conversa” e “se alguém falar eu demito”, Bolsonaro recebeu um diretor da Aneel no gabinete presidencial. Saiu de lá, foi para o Palácio da Alvorada, abraçou seus apoiadores e disse, olhando teatralmente para o sol ao ser questionado por jornalistas: “Não serás taxado”. Coube ao porta-voz da Presidência contar qual era a posição do diretor e esclarecer que a Aneel entendeu finalmente que a energia fotovoltaica não deve ficar mais cara. Ah, autonomia decisória...

Não é novidade colocar em xeque a liberdade de quem regula setores com bilhões de investimentos nacionais e estrangeiros. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva mal havia subido a rampa quando, no 49º dia de sua administração, convocou seus líderes no Congresso, em fevereiro de 2003, para atacar o

“poder paralelo” das agências e se voltar contra o processo de “terceirização do Estado”. “Elas mandam no país”, queixou-se, conforme os relatos.

Governo agiu mal com a Aneel, na forma e no conteúdo

Desta vez, a geração distribuída (GD) tornou-se pivô da crise. Nada mais distorcido do que falar em uma “taxa solar”. Um debate árido foi ofuscado por interesses políticos, simplificações, muito lobby e uma bem-sucedida campanha de comunicação. Tudo bem, faz parte do jogo. Mas esperava-se mais de quem detém o poder da caneta para escapar dessa cortina de fumaça. Como já disse um jurista americano, a luz do sol é o melhor desinfetante.

De forma simples: a conta de luz embute custos de geração, transmissão, distribuição, tributos e encargos. Tributos e encargos já somam preocupantes 49,8% da tarifa (dados de 2018 recém-compilados pelo Instituto Acende Brasil). Os segmentos de geração e transmissão têm seus problemas, mas vamos nos ater ao que pagamos às distribuidoras (empresas como Eletropaulo, Light e CEB). Na distribuição, paga-se essencialmente duas coisas: energia e rede. Energia é o “mix” do que ela compra nos leilões do mercado regulado (geração hídrica, térmica, eólica) e megawatts que provêm de outros contratos, como Itaipu e as usinas nucleares de Angra. Rede é fiação aérea, postes, cabeamento subterrâneo, subestações. Enfim, tudo aquilo que leva eletricidade até as casas, lojas, escritórios.

Quem instala placas solares em casa fica isento dos custos da rede (TUSD no jargão do setor) e de impostos como ICMS. Mas continua se beneficiando da rede. Tanto que entrega à distribuidora a energia gerada no teto de casa. Chamada de “microgeração”, ela permite acumular créditos e abatimento na tarifa. Dá para ficar totalmente “off grid”? Dá, basta ter também uma bateria, mas elas ainda são caras, caríssimas, ultrapassam R\$ 200 mil ou R\$ 300 mil. Na prática, hoje é a rede das distribuidoras que funciona como uma espécie de “superbateria”. Graças a ela, o microgerador não se preocupa com o fornecimento de luz em dias nublados e fica tranquilo para dar uma festa à noite com os eletrônicos ligados. Há 60 meses para gastar os créditos gerados.

Surgiu ainda um bom negócio em torno desse mecanismo. Os consumidores podem se tornar sócios de “condomínios solares”, que instalam placas fotovoltaicas em terrenos geralmente baratos e afastados de seu ponto de consumo. Uma empresa monta uma unidade no oeste da Bahia e manda a energia para agências bancárias em Salvador, mesma área de distribuição. Cerca de um quinto da GD no Brasil é feita com esse modelo, a geração remota.

Cada caso é um caso, mas é factível amortizar todo o valor investido nas placas em quatro a seis anos. Um retorno anual na faixa de 20%. Foi um incentivo

justo. Tecnologias nascentes e importantes merecem sempre um empurrão. Só que não daria para ficar indefinidamente assim. Todos os que não temos placas solares no teto de casa continuamos pagando pela rede das distribuidoras: a expansão, a manutenção, a depreciação da rede existente. Para cada mansão mais com geração solar, menos um para ratear a conta toda.

Por isso mesmo, desde 2012 havia uma previsão de rever a norma. Pelas projeções da Aneel há cinco anos, no cenário tido como mais otimista, se chegaria ao fim de 2019 com 500 MW de capacidade instalada em geração distribuída. O crescimento foi muito acima do imaginado e hoje são 2.024 MW. A trajetória é de alta. Quem paga esses subsídios apropriados pelos donos das placas fotovoltaicas? A gente! E quanto? Nas estimativas feitas pelo Ministério da Economia, R\$ 34 bilhões entre 2020 e 2035!!!

O que propôs a Aneel? Para quem já tem placas solares, nada muda até 2030. Para quem está entrando, nada muda até atingir o acumulado de 4,7 mil MW de potência instalada. Quando isso for alcançado, a gratuidade da rede acabaria. Não significa instituir uma “taxa solar”, como diz Bolsonaro, mas manejar nos subsídios. A geração distribuída continuaria, sim, sendo bastante atrativa. O preço médio das placas caiu 75% nos últimos oito anos e o sistema de créditos seria mantido.

Para quem instalar painéis, não dará mais para recuperar o investimento em quatro ou seis anos, mas certamente o retorno virá em 12 ou 15 anos. Alguma outra aplicação, em economia estabilizada, rende tanto? Tanto que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável pelo planejamento do setor, prevê que a geração distribuída sairia do atual 0,63% para 5,16% da matriz elétrica em 2029, mesmo com todas as mudanças.

Como se tem dito nos fóruns internacionais, “solar rocks”, a luta contra o aquecimento é uma prioridade. Mas pode-se fazer isso com uma aposta em grandes usinas solares. Em Pernambuco, o grupo espanhol Solatio ergue um projeto com 1,1 mil MW de capacidade. No leilão organizado pelo governo em outubro, foram contratados 530 MW de solar por R\$ 85/megawatt-hora. Menos do que o valor das eólicas, metade do que se pagaria em novas hidrelétricas, um terço de térmicas a gás. Sem subsídios.

A proposta da Aneel merece discussão e, quem sabe, aperfeiçoamentos. Pode-se falar em fim do monopólio das distribuidoras, uma taxa de retorno mais baixa, ampliação do mercado livre. Refugiar-se na desculpa da “taxa solar” só joga o suposto liberalismo econômico de Bolsonaro nas trevas.

Daniel Rittner é repórter especial em Brasília. A titular da coluna, Claudia Safatle, está em férias.

E-mail: daniel.rittner@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Tarifa para excedente reabre negociação em torno de Itaipu

Brasil e Paraguai devem voltar à mesa de negociação sobre a hidrelétrica de Itaipu neste ano. Depois de chegarem a um acordo relativo ao contrato de potência da usina para o período 2019-2022, a Eletrobras e o Itamaraty buscam agora aprovar uma resolução conjunta com o lado paraguaio que defina o preço que a Administración Nacional de Electricidad (Ande) deverá pagar à estatal brasileira quando o país vizinho consumir mais energia do que a demanda declarada e o volume excedente da usina, atingindo a parte contratada pelo Brasil.

Em dezembro do ano passado, a Ande e a Eletrobras chegaram a um consenso sobre o contrato de potência de Itaipu. Na ocasião, a Ande aceitou aumentar a quantidade contratada de energia “vinculada” da hidrelétrica - energia que de fato está prevista para ser produzida pela usina, cujo custo é de US\$ 43,80 por megawatt-hora (MWh).

Até então, a Ande declarava uma necessidade de energia inferior a que de fato era necessária e completava sua demanda com a produção excedente da hidrelétrica - a energia “não vinculada”, cujo custo é mais baixo, de US\$ 6,06 por MWh. No início de 2019, a situação se agravou porque, além de consumir toda a produção excedente de Itaipu, o Paraguai, que registrou crescimento econômico acentuado nos últimos anos, utilizou uma parcela da energia vinculada contratada pela Eletrobras.

Diante desse cenário, a estatal brasileira se viu obrigada a discutir o tema com o lado paraguaio, sob pena de ser acusada de negligência e de prejudicar seus acionistas. A negociação com a Ande se arrastou por todo o ano passado, incluindo um escândalo político que quase provocou o impeachment do presidente Mario Abdo Benítez.

Para chegarem a um acordo em dezembro, o Paraguai aceitou elevar a quantidade contratada de energia vinculada da usina, resolvendo o principal

impasse envolvendo a hidrelétrica. Por outro lado, o Brasil também cedeu e permitiu que o país vizinho continue tendo prioridade no consumo da energia excedente (não vinculada) de Itaipu.

Pelo acordo, na prática, a Ande elevou em 42,5% a quantidade de energia vinculada contratada de Itaipu. A potência contratada pela estatal paraguaia para 2019 ficou em 1.340 MW. Para 2020, o valor foi definido em 1.485 MW. No ano seguinte, o montante será de 1.635 MW, alcançando 1.810 MW, em 2022.

O **Valor** apurou que técnicos do lado brasileiro acreditam que, com o ajuste no contrato e uma melhora do regime hidrológico da usina para os próximos anos, diminuiriam as chances de a Ande voltar a consumir energia relativa à potência contratada pelo Brasil. “Mas este novo contrato não resolve o problema totalmente”, diz uma fonte a par do assunto.

Para eliminar um risco de prejuízo para a Eletrobras, o governo brasileiro tem planos de chegar a um novo acordo com o Paraguai para definir um valor de compensação a ser pago pela Ande, caso ela volte a consumir energia contratada pela estatal brasileira.

O governo Bolsonaro, porém, tem adotado cautela nas conversas com o lado paraguaio. O objetivo é evitar que novos escândalos políticos sejam criados no país vizinho, gerando turbulências na região, principalmente agora que o Paraguai assumiu a presidência do Mercosul.

O entendimento do lado brasileiro é que o Tratado de Itaipu é um tema muito sensível no Paraguai, comumente utilizado em disputas políticas e eleitorais no país vizinho. Um exemplo disso foi o escândalo envolvendo uma licitação feita pela Ande para contratar comercializadoras de energia, vencida pela brasileira Leros, que veio à tona justamente no momento em que Brasil e Paraguai negociavam o contrato de potência de Itaipu, em meados do ano passado. Procurada pelo **Valor**, a Leros não se manifestou sobre o assunto.

O **Valor** apurou que objetivo do Paraguai, na ocasião, era contratar uma comercializadora que viabilizasse a venda de energia de propriedade paraguaia em Itaipu no mercado livre brasileiro. Essa prática, porém, não é permitida hoje, de acordo com a versão atual do Anexo “C” do Tratado de Itaipu, que trata da comercialização de energia da hidrelétrica binacional. Basicamente, de acordo com o texto, apenas Eletrobras e Ande podem comercializar a energia da usina. E a energia de propriedade de um país que não for consumida por completo deverá ser vendida obrigatoriamente para o outro signatário do acordo.

Como o Anexo “C” será revisto em 2023, porém, o assunto tem demandado atenção especial dos dois países. Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, um ponto crucial para o governo brasileiro neste ano será a preparação para o início das negociações da revisão do Anexo “C” com o lado paraguaio. A expectativa do Itamaraty é concluir a negociação até o fim de 2021, para dar tempo hábil para o acordo ser aprovado pelo Congresso dos dois países até 2023.

Outro desafio para o lado brasileiro será desvincular Itaipu da Eletrobras. Isso porque o governo pretende privatizar a estatal elétrica brasileira. O projeto de lei sobre a desestatização da companhia prevê a realização de uma reestruturação societária para fazer com que Itaipu permaneça sobre controle da União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/01/2020

Seção: Opinião

Autor: Décio Oddone

Título: Uma avaliação dos leilões de petróleo e gás

Em 2019 houve um recorde de leilões. A oferta permanente estreou com o pé direito. A 16ª rodada superou a arrecadação de todas as anteriores. As rodadas de partilha, no entanto, não trouxeram o resultado esperado por boa parte dos observadores. Para ajudar a entender, compartilho uma visão do que ocorreu.

O leilão do excedente da cessão onerosa foi o maior, mais importante, complexo e emblemático já realizado. A revisão do contrato original levou anos. O bônus era só a parte mais visível. Mais importantes eram os investimentos, a produção e a arrecadação por destravar. O ideal seria haver competição e entrada de dólares, mas a Petrobras já operava nas áreas e era sua dona natural. Ainda tinha a preferência, podendo aderir a uma oferta. Isso inibia o interesse de empresas que buscavam administrar as operações.

Preferência da Petrobras pode ser eliminada. Novos leilões poderiam ser realizados sob o regime de concessão

Adicionalmente, o vencedor deveria chegar a um acordo, sujeito à incidência de impostos, para compensar a Petrobras pelos investimentos e pela divisão da produção. Essa compensação deveria ser aprovada pela estatal PPSA. Os campos estariam sob diferentes regimes: cessão onerosa, partilha e até concessão, o que demandaria outro acordo, com o consórcio que atua sob esse regime. Era a primeira vez que riscos como esses estavam presentes. Além

disso, os preços do petróleo caíram e os resultados das empresas decepcionaram, o que reduziu o apetite por novas oportunidades.

Nessas condições, as negociações para formação de parcerias fracassaram. E a estatal optou por Búzios, com o maior bônus da história - R\$ 68,2 bilhões, e Itapu. Sépia e Atapu ficaram sem ofertas. Apenas um consórcio, importante para a Petrobras ter maior liberdade nas contratações, ficou de pé. Especialistas já esperavam esse resultado, mas parte do mercado e o público, embalados pelo sucesso dos leilões anteriores e pelas expectativas geradas, não foram capazes de perceber os riscos.

Independentemente da modelagem, o desenlace estava condicionado pelo contrato de 2010. Possivelmente teria sido parecido, mesmo que o valor da compensação estivesse pré-definido. Introduzir mais uma discussão bilionária causaria atrasos e perdas da ordem de R\$ 35 bilhões por ano. A renegociação do contrato original levou mais de quatro anos, adiando a arrecadação de cerca de R\$ 140 bilhões. O mais importante era realizar o leilão, mesmo com uma alta probabilidade de a Petrobras dominá-lo. Era melhor vender para a estatal agora do que postergar e terminar vendendo para ela mesma mais à frente.

O principal objetivo era a contratação de Búzios, que concentra a esmagadora maioria dos novos investimentos. Foram levantados R\$ 70 bilhões. União, Estados e municípios receberam R\$ 36 bilhões. O aumento da produção em Búzios vai gerar recursos para alimentar o pacto federativo ao longo das próximas décadas. O atraso na contratação do excedente em Sépia e Atapu não deve prejudicar o cronograma de investimentos e não afeta as previsões de arrecadação futura.

Três cenários de bônus foram avaliados: R\$ 159, 106 e 53 bilhões. Havia elevado nível de confiança que a Petrobras apresentaria oferta por Búzios, o que determinaria o sucesso do leilão. Assim, o cenário com bônus de R\$ 106 bilhões foi escolhido. Uma vez que R\$ 34 bilhões ficariam com a estatal, sobrariam excedentes elevados a distribuir, o que acabou sendo crucial para a aprovação do leilão em todas as esferas.

Na 6ª Rodada de Partilha, a Petrobras exerceu a preferência em três áreas. E a ratificou em outros dois momentos, um deles a pouco mais de um mês do leilão. Ao exercer esse direito, a estatal indica quais são as áreas mais promissoras, inibindo a competição e reduzindo o interesse pelas restantes. No final, acabou apresentando apenas uma oferta. Esse movimento inesperado prejudicou o leilão. Ainda assim, o principal objetivo foi atingido. Foi contratada a área de Aram, que tinha um bônus de R\$ 5,05 bilhões, o maior já definido para um bloco exploratório.

A concentração dos leilões foi elevada, mas a manutenção do cronograma foi consciente. A novidade era o leilão do excedente, que só foi confirmado dias antes da sessão de ofertas. A 6ª e a 16ª ficaram próximas porque o Tribunal de Contas alterou prazos para apresentação de documentos. Como a Petrobras havia, teoricamente, garantido o sucesso da 6ª, não havia motivos para alterar o planejamento plurianual e postergá-la. Na prática, a proximidade com o leilão do excedente acabou atrapalhando, o que não teria ocorrido se a estatal tivesse honrado a preferência. Por outro lado, a 16ª, a única que teve o seu adiamento cogitado, foi um êxito.

Assim, apesar das frustrações, a estratégia revelou-se correta. Os leilões em concessão foram bem-sucedidos e as principais áreas em partilha foram contratadas. O bônus total chegou a R\$ 84 bilhões, um valor que supera a soma do obtido nas rodadas já realizadas e representa cerca de 40% de todos os investimentos anuais em exploração no mundo.

Os leilões de 2019 completaram o ciclo iniciado em 2017. Cerca de R\$ 112 bilhões foram arrecadados, 90% de tudo o que foi apurado globalmente no período. Companhias que estavam ausentes do Brasil construíram portfólios robustos. Um processo dessa dimensão não se prolonga indefinidamente. A exploração vai se intensificar e investimentos em produção vão crescer. Esse conjunto de leilões vai atrair investimentos de R\$ 1,5 trilhão, colocando o país entre os cinco maiores produtores de petróleo, com consequências positivas para a economia e para a sociedade.

Encerrado esse ciclo e garantida a retomada, é necessário pensar em aperfeiçoamentos. Com a transição energética, o petróleo perderá importância relativa na matriz energética global. O Brasil não é a única alternativa para empresas em busca de oportunidades.

Com as principais áreas já contratadas, precisa melhorar a competitividade. A preferência da Petrobras restringe as disputas. Pode ser eliminada. As rodadas programadas devem ser mantidas, mas novos leilões poderiam ser realizados sob o regime de concessão, mais simples e eficiente. Idealmente na oferta permanente, com as empresas decidindo as áreas que devem ser leiloadas em cada momento. Afinal, mais que o poder concedente, quem quer investir sabe o que interessa.

Décio Oddone é diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 10/01/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Leilão de usinas térmicas

Um total de 87 empreendimentos termelétricos se inscreveram para os leilões de energia existente “A-4” e “A-5”, previstos para ocorrer em 30 de abril, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O processo de cadastramento para os dois certames terminou nesta semana. Os leilões negociarão energia de termelétricas novas e existente para início de fornecimento em 2024 (A-4) e 2025 (A-5). Os empreendimentos substituirão um grupo de termelétricas a óleo combustível e diesel cujo contrato se encerra a partir de 2023. De acordo com documento da EPE, 76 termelétricas estão inscritas para o leilão A-4, totalizando 36.224 megawatts (MW) de capacidade instalada. Desse total, são 71 usinas a gás e cinco a carvão. O Nordeste lidera em número de projetos, com 30 empreendimentos, enquanto o Sudeste registra a maior capacidade inscrita, de 15.892 MW. Para o leilão A-5, estão cadastrados 82 projetos termelétricos. Grande parte dos empreendimentos estão inscritos para os dois certames.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 10/01/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Letícia Fucuchima — De São Paulo**Título:** Neoenergia usa comunicação para diminuir ligações clandestinas

Há cerca de dois anos, a Neoenergia resolveu incluir a comunicação como uma das frentes do programa de redução dos furtos de energia, chamados popularmente de “gatos”. Esforços para melhorar a imagem da companhia junto aos consumidores passaram a ser discutidos também com a área operacional, de forma que ações pudessem ser pensadas em conjunto. O resultado disso começou a aparecer em 2019, quando a companhia diz ter visto números “excepcionais” de recuperação de energia, muito em função do engajamento da população em denunciar ligações clandestinas.

Entre janeiro e setembro do ano passado, a Neoenergia realizou 360 mil inspeções técnicas nas áreas de concessão de suas distribuidoras Coelba, Celpe, Cosern e Elektro, que abrangem os Estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Nessas inspeções, 50 mil clientes clandestinos foram regularizados.

“Recuperamos 768 gigawatts-hora (GWh), 51% acima do registrado em igual período de 2018. Esse volume corresponde a quase quatro meses e meio de consumo do Rio Grande do Norte”, afirma o diretor comercial da Neoenergia, Luiz Flávio. O executivo atribui grande parte desse resultado a uma mudança de percepção dos consumidores, que passaram a denunciar os furtos com mais frequência. “Tivemos um apoio muito forte da sociedade”, diz, sem abrir números.

A Neoenergia vem trabalhando para melhorar sua reputação perante consumidores desde 2013, quando contratou a consultoria especializada Curado & Associados. Desde então, a Neoenergia utiliza internamente uma ferramenta apelidada de “iVGR”, que analisa a cobertura da imprensa sobre diversos temas relacionadas à companhia e identifica atributos percebidos pelo público.

No início desse trabalho de imagem, o iVGR captava uma percepção negativa sobre as ações diante dos furtos de energia. A visão dos consumidores era de que as empresas estavam em condição de “vulnerabilidade”, incapazes de administrar o problema. Tendo isso em mente, em 2016 a Neoenergia implementou duas novas abordagens nessa área: ações conjuntas com a polícia no combate aos “gatos” e campanhas educativas para conscientizar a sociedade. Um ano depois, os índices de imagem, antes negativos, passaram para o campo positivo para todas as distribuidoras do grupo.

“Mudamos todo o conceito. Quando falamos em ‘perda’ de energia, mostramos uma vulnerabilidade que é do setor todo, é um dano à imagem. Por isso optamos por ‘recuperar’ energia. Não estamos combatendo aquele que rouba, estamos recuperando energia que fornecemos”, explica o superintendente de Comunicação da Neoenergia, Marcus de Barros Pinto.

Segundo o responsável pelas análises da Neoenergia na Curado & Associados, Emerson Couto, a empresa hoje tem um “ativo de imagem” no tema dos furtos, que costuma ser encarado como negativo pelo setor. Os “gatos” entram no balanço das empresas como perdas não técnicas, ou seja, que não são intrínsecas ao processo de distribuição e transmissão de energia. Por serem

administráveis, os níveis de perdas comerciais são uma importante medida de eficiência.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	10/01/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Minério cai

Os preços do minério de ferro no mercado à vista chinês, que servem como referência no comércio transoceânico, fecharam ontem em queda de quase 2% no porto de Qingdao, informou a publicação especializada “Fastmarkets MB”. A tonelada da commodity do aço com 62% de teor de pureza foi negociada a US\$ 94,37, o que representou retração de 1,92%. Conforme a “Fastmarkets MB”, a queda na cotação do minério em Qingdao se deve a perdas com derivativos decorrentes da recomposição de estoques da matéria-prima nas usinas chinesas e um grande aumento nos estoques de aço.

Sinobras cancela registro

A Siderúrgica Norte Brasil (Sinobras) vai pedir o cancelamento de registro da companhia na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como sociedade beneficiária de incentivos fiscais. A companhia, em recuperação judicial, vai submeter à aprovação da CVM a oferta pública de aquisição de ações preferenciais, classe “C” que totalizam 5,8 milhões de papéis, das quais a maior parte pertence ao Fundo de Investimentos da Amazônia. O preço ofertado por ação é de R\$ 5,37, calculado com base em demonstração financeira do exercício social de 2018.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	10/01/2020
Seção:	Empresas
Autor:	Jude Webber — Financial Times, da Cidade do México
Título:	Pemex em águas turbulentas diante de piora das dívidas

A atribulada petrolífera estatal mexicana Pemex inicia 2020 em ritmo de celebração. Ainda em janeiro, o grupo vai ser homenageado no prestigioso jantar anual de gala da International Financing Review (IFR), em Londres, por

um lançamento de bônus feito em 2019. O evento, no entanto, pode marcar o início de uma virada de sorte para empresa neste ano.

De acordo com analistas, é provável que a classificação de crédito da Pemex, já rebaixada para o status de “junk”, de investimento especulativo, por uma agência avaliadora em 2019, sofra neste ano um segundo rebaixamento por outra firma de rating. Sua meta de produção parece demasiado otimista e, a menos que o governo mexicano, carente de fundos, injete bilhões de dólares a mais ou derrube a proibição a alianças entre a petrolífera deficitária e o setor privado na exploração e produção, as perspectivas são sombrias.

A produção em 2019 encaminhava para cair 7,6% em relação a 2018, após declínios de 7% em 2018 e de 9,5% em 2017

“Realmente, não há nenhuma luz no fim do túnel”, disse Graham Stock, sócio e estrategista sênior de títulos soberanos na BlueBay Asset Management. “O mercado, em termos gerais, acredita que sua estratégia é errada.”

O presidente do país, Andrés Manuel López Obrador, um nacionalista de esquerda determinado a “socorrer” a Pemex e a recuperar a soberania energética do México depois do que ele chama de uma política deliberada de governos anteriores para acabar com a empresa, parece estar surdo às preocupações do mercado.

“Tiramos a Pemex da crise”, disse em dezembro. “Interrompemos a queda na produção, agora eles estão trabalhando em 20 [novos] campos de petróleo, a produção está aumentando, vamos encerrar este ano com 50 mil barris de produção de petróleo a mais.”

A declaração foi feita apenas dias depois de Octavio Romero, executivo-chefe da Pemex, ter admitido que a produção média em 2019 seria de 1,77 milhão de barris por dia, abaixo da previsão feita em setembro de encerrar o ano com 1,8 milhão de barris diários. A produção da Pemex vem caindo desde o pico de 3,4 milhões de barris de petróleo por dia atingido em 2004. A meta no orçamento de 2020 é de 1,85 milhão de barris por dia.

A produção em 2019 encaminhava para cair 7,6% em relação a 2018, depois dos declínios de quase 7% em 2018 e de 9,5% em 2017, segundo Fausto Álvarez, ex-funcionário da Comissão Nacional de Hidrocarbonetos, o órgão supervisor do setor no México.

Os novos campos “vão, na melhor hipótese, atenuar o declínio, mas não vão aumentar a produção”, disse. Para atingir as metas, a empresa precisaria de “um nível de produtividade e de êxito que a Pemex nunca teve”, acrescentou.

A Pemex, sobrecarregada com dívidas de US\$ 100 bilhões, exerceu um monopólio estatal por quase 80 anos, até uma abrangente reforma do setor em 2013 ter aberto o caminho para empresas privadas explorarem e produzirem petróleo no México.

Obrador tem criticado a reforma. Diz que as promessas grandiosas de investimento e produção não se materializaram. Ele paralisou partes importantes da reforma, como a permissão de parcerias, mesmo diante das críticas de que isso priva a Pemex da capacidade de dividir o risco dos investimentos com o setor privado.

As injeções de dinheiro estatal e uma boa gestão do endividamento - como foi o caso da emissão de bônus que rendeu a homenagem da IFR à Pemex - convenceram o presidente de que sua estratégia de investir na empresa, sem aumentar a dívida total, não apenas vai reviver a Pemex, mas também ajudar a financiar projetos de desenvolvimento nacional dentro de dois anos.

Em junho, porém, a Fitch Ratings rebaixou os títulos da Pemex para o status de investimento especulativo, sendo que investidores preveem que outras agências avaliadoras de risco de crédito deverão reduzir suas notas no primeiro semestre deste ano.

Um rebaixamento para “junk” por uma segunda agência poderia pressionar a empresa, já que alguns investidores apenas podem deter papéis com classificações não especulativas - embora, por outro lado, seja provável que surja interesse de gestores de fundo à caça de melhores retornos, dado o cenário atual em que muitos bônus têm rendimento negativo.

A Pemex não respondeu os pedidos para comentar o assunto. No fim de dezembro, a empresa anunciou sua maior descoberta de petróleo em 30 anos. Ramsés Pech, analista independente especializado no setor, avalia que se trata de uma tentativa da empresa de convencer as agências avaliadoras de que conta com reservas de sobra para continuar explorando.

Isso, no entanto, não esconde o fato de que os custos de produção são cada vez maiores em razão do envelhecimento dos outros campos. Além disso, a ambição de Obrador de tornar o México autossuficiente na produção de combustíveis vai custar caro.

A Pemex está atualizando suas seis refinarias - três das quais estão preparadas para processar petróleo leve, cuja produção no México está em queda, e uma que tem 100 anos - e começou a construir uma nova de US\$ 8 bilhões.

O governo, contudo, sustenta que interrompeu a queda na produção das refinarias. Obrador defende que, em vez de exportar petróleo, a Pemex deveria

e elevar o refino interno para que o país deixe de depender das importações de combustíveis dos Estados Unidos, mesmo com analistas dizendo que a exportação seria melhor para o México em termos financeiros.

“Portanto, temos a Pemex, cuja produção tem custos maiores a cada dia por causa do declínio dos campos e que quando coloca [o petróleo] em suas refinarias, perde dinheiro”, disse Rosanety Barrios, analista independente de energia.

Pech vem assessorando altos funcionários do governo sobre a necessidade da retomada das parcerias com o setor privado. “Não há outra forma”, disse. “Se não retomarem, não vai atingir suas metas e as agências de rating vão cair em cima da Pemex”.

Algumas autoridades estão convencidas de que o presidente pode ser persuadido. “Não é inconcebível”, disse Stock, da BlueBay.

Com o mercado de títulos de dívida agora prevendo um novo rebaixamento, “o principal é a reação” do governo”, acrescentou. “Será que isso vai ser tomado como um sinal de que a estratégia não está funcionando ou eles vão ficar lutando?”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata — De São Paulo

Título: Pátria planeja novas concessões no país

Consolidada como uma das maiores operadoras de rodovias do país, a gestora Pátria já prepara seus próximos passos em outros setores, como energia, aeroportos e saneamento básico. Hoje, não há segmento da infraestrutura brasileira no qual o grupo não avalie investir, segundo o sócio Otavio Castello Branco.

“Não temos restrição. Havia no passado, por questões de governança, cartel. Mas hoje, depois de melhorias, da operação Lava Jato e da consolidação de uma visão mais pró-mercado no país, não tem nenhum setor para o qual a gente não olhe, embora sejamos mais ativos em alguns do que em outros”, disse o executivo em conversa com o **Valor**, um dia após a vitória no leilão do corredor rodoviário Piracicaba-Panorama (“Pipa”).

O grupo venceu a disputa, realizada na quarta-feira, com uma oferta de R\$ 1,1 bilhão, feita em parceria com o fundo soberano de Cingapura GIC, que detém 30% do consórcio. “Estamos muito confortáveis com o preço que pagamos.

Estudamos essa concessão há mais de um ano, foi um preço consciente. Foi a nossa melhor oferta, o leilão é desenhado para isso”, afirmou.

O lance também demonstra confiança na retomada da economia. “O tráfego em estradas é muito ligado ao PIB. Vivemos um momento favorável, a expectativa é que o fluxo continue aumentando”, diz Castello Branco.

O Pátria tem um histórico robusto de investimentos em infraestrutura, no qual atuou criando empresas do zero e assumindo o controle das operações. O grupo fundou, em 2006, o negócio de geração elétrica que, mais tarde, se tornou a CPFL Renováveis. A gestora também deu origem a empresas como a Argo, de transmissão de energia, e a Hidrovias do Brasil, de logística.

Neste momento, o grupo está em fase de captação do seu quarto fundo de investimentos voltado apenas para infraestrutura.

O executivo não revelou mais informações sobre o processo, mas o **Valor** apurou que a expectativa é levantar entre US\$ 2,5 bilhões e US\$ 2,8 bilhões, dos quais boa parte já foi captado, conforme duas fontes. “Apesar do amplo interesse em infraestrutura no Brasil, há poucos fundos dedicados, o que abre espaço para esse perfil de captação”, diz uma fonte do setor.

Mesmo sem ter concluído a captação, o fundo Pátria Infraestrutura IV já está em fase pré-operacional. Parte dos recursos foram aplicados em dois projetos de geração renovável e, agora, no leilão rodoviário de “Pipa”.

Com a queda na taxa de juros, a gestora nota uma mudança no perfil de investidores de seus fundos, que têm atraído mais brasileiros e pessoas físicas.

“No passado, a gente sempre captou dinheiro fora do país, com fundos de pensão, fundos soberanos. A proporção era de 90% de estrangeiros. A turma sempre nos perguntava: por que os brasileiros não entram? Porque estavam em renda fixa. O que vemos agora é a transferência maciça de renda fixa para a economia real. Vemos isso em várias áreas do Pátria [que também tem fundos com outros perfis]. É uma tendência para aumentar a taxa de investimento no Brasil, e a infraestrutura é a principal demandante disso”, afirma.

Planos para aplicar esses recursos não faltam. Além de manter sua disposição em participar de novos leilões de rodovias, o Pátria avalia concorrências em diversos segmentos. Veja a seguir alguns dos planos da gestora.

Rodovias

A partir da conquista de “Pipa”, o Pátria estuda a criação de uma empresa que possa reunir seus negócios rodoviários. A princípio, porém, eles seguirão

separados, até porque as sinergias entre as operações não são grandes, diz Castello Branco.

Em relação a novos projetos, a gestora deverá mirar contratos que englobem trechos de demanda madura. É o caso de rodovias já concessionadas, cujos contratos se aproximam do fim, e que estão sendo relicitadas em bloco com outras vias. “Esse modelo foi adotado pelo governo de São Paulo, federal, e outros Estados estão aderindo a essa linha, como Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais”, afirma.

Aeroportos

O Pátria chegou a participar do último leilão, quando fez proposta para um bloco de aeroportos no Nordeste - no entanto, perdeu a disputa para a espanhola Aena. Com a perspectiva de novas concorrências do setor, a gestora volta a preparar sua possível estreia no mercado.

“Houve uma melhora grande na regulação de três anos para cá. Os modelos de concessão que criaram problemas no passado foram aprimorados, e as últimas rodadas têm sido boas. Por enquanto, estamos avaliando tudo que o governo anuncia”, afirma. Em 2020, a União pretende leiloar três blocos regionais: no Sul (que inclui o aeroporto de Curitiba), no Norte (Manaus), e na região Central (Goiânia e São Luís).

Geração de energia

A gestora segue investindo em projetos de energia renovável e tem planos de ampliar sua atuação em geração térmica a gás natural, por meio da Arke, um braço criado apenas para esse segmento. Hoje, a Arke já tem uma joint venture com Shell e Mitsubishi para operar a termelétrica Marlim Azul, em Macaé (RJ). “A ideia é expandir na região, que tem vocação para usar o gás natural do pré-sal e condições geográficas para abrigar mais de uma planta”, diz Castello Branco.

Saneamento

A entrada do Pátria no mercado de saneamento básico dependerá da aprovação do novo marco legal do setor, que dará mais segurança jurídica. A gestora não tem nenhum projeto engatilhado, mas faz planos. “Estamos no começo dessa preparação. Nos próximos dois anos, podemos nos confrontar com oportunidades concretas. Vai depender da aprovação do marco.” As novas regras foram aprovadas pela Câmara dos Deputados no fim de 2019, mas a votação final não deverá ocorrer antes de maio, segundo analistas do setor.

Ferrovias

A gestora também avalia oportunidades no setor de ferrovias, embora não haja nada concreto. “Acompanhamos. Não temos uma decisão porque [os leilões]

estão distantes, mas o segmento está no radar”, diz Castello Branco. O principal desafio desses projetos, diz ele, é garantir a demanda de clientes que utilizarão a via. Sua avaliação é que, entre os grandes projetos em estudo hoje, a Ferrogrão é aquele com demanda mais clara e segura. “A vantagem é que já nasce com clientes. A dificuldade, neste caso, será a execução. É uma obra longa, em uma região sensível [Amazônia].” **(Colaborou Maria Luíza Filgueiras)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/01/2020

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Roberto Rockmann — Para o Valor, de São Paulo

Título: Crescem conflitos devido ao uso da água no Brasil

Privilegiado por possuir mais de 10% da água doce encontrada no planeta, o Brasil começa a assistir a crescentes conflitos em relação ao uso múltiplo de água - abastecimento público, agricultura, indústria, geração de energia, navegação, pesca e aquicultura, turismo e recreação, entre outros - e à gestão dos recursos hídricos em caso de novas crises no horizonte.

O setor de energia elétrica se debruça sobre um sistema de precificação da água de olho nos prejuízos com a escassez. Concessionárias de água e esgoto buscam investir em novas tecnologias. No Ceará, o governo local se prepara para licitar um projeto inédito no Brasil: a dessalinização da água do mar para torná-la potável. Governos estaduais começam a analisar a cobrança pelo uso da água em bacias que hoje não adotam o sistema, como no Distrito Federal.

“A discussão sobre o uso múltiplo da água tem crescido com a escassez de água. O debate é cada vez mais importante”, diz Alisson Brandão

A cobrança pelo lançamento de efluentes nos rios também já integra a agenda de prefeituras. Indústrias se preocupam com um aumento de custo com essas discussões. O governo federal aposta na aprovação do marco regulatório do setor de saneamento, que o Senado deverá analisar no mês que vem, depois de aprovado em dezembro na Câmara.

Diante desse cenário, ganha espaço nas agendas o debate público sobre definir prioridades para o uso da água em momentos de escassez e de mudanças climáticas. Exemplo disso está na maior bacia do país, a de Paraíba do Sul, que corta os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio. Nesse momento, o comitê da

bacia elabora um documento que vai definir as prioridades do uso da água em situações de estresse hídrico.

Criado em 1996 e um dos precursores da cobrança de uso pela água no país, o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul reúne empresas como a CSN, entidades empresariais como Fiesp e Fiemg, concessionárias de água e esgoto e prefeituras de 184 cidades dos Estados de Minas Gerais, Rio e São Paulo. Neste momento, o órgão começa a elaborar um documento em que analisará a demanda nos próximos dez anos do abastecimento urbano e para a agroindústria, assim como o futuro crescimento do setor de energia elétrica e a instalação de térmicas ao redor do rio.

O plano ainda conterà um caderno em que se definirão as prioridades em caso de escassez. O documento deve ser lançado até o início do segundo semestre. “Os últimos anos mostraram que escassez e abundância de água serão mais frequentes, o que exige que tenhamos dados mais precisos e manuais operativos para atuar nesse cenário. Ainda não temos um manual de como agir nesses extremos”, afirma o vice-presidente do comitê, Matheus Cremonese.

Para o engenheiro Álvaro Menezes, ex-presidente da companhia estadual de Alagoas, a cobrança pelo uso da água vai ganhar espaço em rios estaduais e da União. “A água está mal distribuída no Brasil. A bacia do rio Amazonas detém mais de 80% da vazão disponível no país, mas menos de 10% da população”, diz.

A escassez traz dilemas. No Nordeste, as chuvas têm ficado abaixo da média histórica nos últimos seis anos. O custo de captação tem sido crescente, assim como os conflitos com a agroindústria e o setor elétrico. Na Bahia, a demanda dos baianos é 10% da agricultura e indústria localizada ao redor dos rios estaduais. Na barragem do Cavalo, que abastece 40% da população da região metropolitana de Salvador, convivem uma usina hidrelétrica, produtores de fumo e os milhões de baianos que usam água em suas casas. Um comitê foi criado para definir os padrões mínimos de vazão do rio para que todas as atividades possam funcionar sem problemas.

EnerÁrvore no que foi o leite do açude Castanhão, no Ceará, reservatório que abastece a cidade de Fortaleza, o maior da América Latina: período seco no Estado se prolonga por seis anos — Foto: Danilo Verpa/Folhapress

“A discussão sobre o uso múltiplo da água tem crescido com a escassez de água. O debate é cada vez mais importante, assim como a questão da precificação da água”, diz Alisson Brandão, gerente de desenvolvimento operacional da

Embasa, concessionária que atua em pouco mais de 360 municípios baianos, sendo que apenas 20 deles são rentáveis. A estatal baiana tem estudado o uso de efluentes tratados para a agroindústria, como alternativa para assegurar a segurança hídrica no Estado diante da demanda dos vários setores.

O cenário futuro tende a criar ainda mais conflitos e exigirá novas maneiras de lidar com a gestão dos recursos hídricos, duas décadas depois da criação do atual modelo. Com pouco mais de 5% do mercado mundial agrícola, o Brasil deve consolidar sua liderança como principal fornecedor de carnes e grãos nas próximas décadas. O avanço do pré-sal vai posicionar o país como um dos maiores produtores de óleo e gás e diversificar a matriz elétrica, com investimentos bilionários em usinas termelétricas. Em logística, os rios devem ser usados para escoar a produção da indústria e da agricultura e reduzir custos.

O crescimento da demanda por água pelos setores industrial, agrícola, energético e a variabilidade das chuvas nos últimos anos deverão tornar o debate do uso múltiplo da água cada vez mais presente no cenário nacional, afirma Oscar Cordeiro Netto, diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). O setor de energia é acompanhado de perto. Cerca de 90% da água represada em reservatórios no país é direcionada ao segmento, o que o torna parte da solução e do problema, aponta Netto. A demanda deverá ser crescente principalmente com o avanço das usinas termelétricas a gás natural, grandes consumidoras de água no processo de produção de energia.

“O avanço do pré-sal poderá elevar a demanda por energia. Dependendo da quantidade e de onde virá essa água, o impacto pode ser relevante”, afirma Netto. O desafio futuro de gerenciar o uso múltiplo da água será crescente, exigindo maior transparência, mais análise e uma visão ampla sobre o tema, como a precificação da água para cada setor.

Haverá maior necessidade de interlocução entre os diferentes atores, diz o diretor da ANA. Um exemplo são as salas de crise criadas para acompanhar um caso. Um exemplo está no Nordeste e na bacia do rio São Francisco, que desde 2012 têm enfrentado uma seca prolongada.

Em 2013 a ANA criou um grupo que reúne integrantes do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o comitê da bacia e representantes dos oito Estados que o rio atravessa para analisar as previsões climáticas e gerenciar os recursos hídricos. A vazão da bacia do rio São Francisco tem impacto sobre as principais hidrelétricas da região, como Sobradinho, Xingó e Três Marias. A

interdependência com o setor elétrico aumentou, é preciso avaliar de forma mais ampla o uso da água e também passar a discutir com a sociedade a construção de novos reservatórios com um olhar mais amplo. A discussão sobre o controle social é maior, afirma Netto.

A interdependência entre o setor de energia e água crescerá. A mudança da matriz de geração, com fontes intermitentes como eólicas e solares e hidrelétricas sem reservatório, se combina ao pré-sal e avanço do gás natural. Resultado: as térmicas deverão ganhar espaço. Esses empreendimentos são grandes consumidores de água, usada nas estações de refrigeração.

Um megawatts de capacidade instalada em um projeto desses consome água suficiente para abastecer dez pessoas por mês, além do impacto sobre a qualidade do ar. O governo prevê que em dez anos o país adicione 21 mil MW de capacidade de térmicas a gás natural, expansão que não tem ainda o pré-sal como motor, ou seja, poderá ser maior, diz André Ferreira, presidente do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema).

“Estudar onde esses empreendimentos podem ser instalados é essencial e depende de planejamento e articulação de Estados, órgãos ambientais e do **Ministério de Minas e Energia** e de Meio Ambiente. É preciso pensar um zoneamento ambiental estratégico que leve em conta todos os fatores, principalmente porque as térmicas estão sendo planejadas em regiões onde a questão hídrica é sensível”, diz Ferreira.

Estudo do Iema aponta que 34% desses empreendimentos térmicos são resfriados por sistemas que consomem a maior quantidade de água e 62,9% deles estão localizadas em regiões em situação crítica ou preocupante quanto aos níveis de escassez de recursos hídricos.

O uso múltiplo da água poderá ter impacto na planilha de custos de futuros empreendimentos do setor de energia elétrica. “Sem dúvida teremos impacto”, diz Luiz Barroso, presidente da consultoria PSR, que recentemente lançou um estudo sobre a precificação da água para a geração de energia, um tema ainda incipiente no Brasil. O estudo feito nas bacias dos rios São Francisco e do Xingu projetou prejuízo de R\$ 4,5 bilhões ao ano para o setor elétrico por causa da disputa.

A escassez de água na bacia do rio São Francisco, que hoje tem sido alvo de disputa por hidrelétricas, irrigação, indústrias e abastecimento urbano, implicaria a perda energética média para as usinas hidrelétricas de 1,9 mil MW

médios e perda anual aos geradores de até R\$ 2,5 bilhões. O conflito pela água na bacia do Xingu tem potencial para gerar outros R\$ 2 bilhões de prejuízo aos operadores da usina Belo Monte, segundo a pesquisa.

A usina foi erguida em uma área do rio Xingu, onde se construiu um desvio para aproveitar um desnível de cerca de 90 metros. Para que a água usada nas turbinas da hidrelétrica não gerasse conflitos com as populações ribeirinhas que usam a mesma água para abastecimento, foram propostos dois planos em que se definiram um cenário mais favorável à geração de energia, que deveria ser usado em anos de chuvas normais, e outro quando as chuvas ficassem abaixo da média.

Com a alegação de que a preferência para o setor elétrico causaria prejuízos às comunidades ribeirinhas e à reprodução de peixes, o Ministério Público Federal (MPF) determinou recentemente que fosse adotada o cenário que privilegia o abastecimento das tribos indígenas. As simulações para o cenário indicado pelo MPF mostram uma redução de cerca de 1,5 GW médios na energia firme da usina.

“A grande verdade é que o Brasil não possui uma metodologia para calcular o valor da água de forma integrada entre os setores que a disputam. O desafio é saber calcular o valor da água para cada setor e priorizar o melhor uso de acordo com as demandas existentes em caso de escassez, garantindo o direito humano de acesso à água. Isso abre margem para que os conflitos sejam resolvidos de forma pontual, conflituosa”, diz Barroso.

Ex-presidente da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), órgão que planeja a expansão do setor de energia, Barroso considera que o Brasil terá ainda o desafio de governança nesse tema. “De modo geral, o Brasil desconhece o real consumo e uso da água. Não há medições, controle nem fiscalização da quantidade efetivamente retirada. Na prática, havendo um metro cúbico adicional de água, não se sabe para qual usuário ele deve ir ou, na falta dele, quem deve ser priorizado. Em um cenário de escassez, a precificação e a implementação de um sistema robusto de gestão integrada dos recursos hídricos são as ferramentas que a sociedade, o governo e as empresas precisam para mitigar a disputa pela água e evitar prejuízos à economia nacional”, afirma.

Jerson Kelman, ex-presidente da Sabesp e ex-diretor geral da Agência Nacional de Águas e da Agência Nacional de Energia Elétrica, avalia que, passadas duas décadas da criação do sistema que planeja e regula o segmento, vive-se um

momento de reflexão e necessidade de ajustes. O Brasil adotou o sistema de cobrança do uso de água nas bacias hidrográficas, como no rio Paraíba do Sul, de olho no modelo francês em que se cobrou dos usuários finais pelo não tratamento do esgoto. Com a taxa extra, os usuários bateram à porta dos prefeitos, o que fez com que coleta e tratamento de esgoto na França subissem.

O modelo brasileiro, no entanto, colocou foco na cobrança de empresas, enquanto as taxas são baixas. A cobrança incide sobre aqueles que retiram água diretamente dos rios da bacia como serviços de água e esgoto, indústrias, mineradoras e setor agrícola. Desde 2001, quando se instituiu a cobrança pelo uso de água em algumas bacias estaduais e da União, mais de R\$ 2 bilhões foram arrecadados, sendo que a bacia do rio Paraíba do Sul, precursora, arrecadou pouco mais de R\$ 150 milhões. “Hoje vive-se uma armadilha, os recursos são insuficientes para obras e resolver problemas nos rios, mas são suficientes para manter o aparato administrativo.”

Para Kelman, é preciso criar novos paradigmas de operação do sistema em um contexto em que as mudanças climáticas e o uso múltiplo das águas trarão mais desafios aos gestores, empresas e reguladores. Um ponto a ser aperfeiçoado é a criação de um sistema único de outorga de água, em um modelo semelhante ao aplicado nos leilões do setor elétrico, que são definidos por um órgão nacional de planejamento e executados pela agência reguladora. “O planejamento de uma bacia e de todas as bacias tem de ser feito com um olhar amplo e abrangente. Hoje temos problemas.”

Um exemplo está no Nordeste, mais especificamente no Oeste da Bahia, onde se localiza o aquífero Urucu, uma das principais fontes de água da região. A outorga da água dos poços é concedida pelo governo baiano à agroindústria, mas essa água deixa de correr para o rio São Francisco. O impacto é duplo: pode reduzir a vazão do rio usado para abastecimento urbano e para geração de energia elétrica. Na privatização da Eletrobras, que está sendo cogitada pelo governo federal, Kelman propõe que a Chesf, uma das subsidiárias da estatal federal, ganhe novas atribuições diante do contexto do uso múltiplo das águas. Ela poderia vender água bruta para as concessionárias, além de se encarregar da produção de energia das obras de transposição do rio São Francisco, um dos principais custos operacionais de sua manutenção.

A disputa pela água também movimenta as empresas. No Ceará, que como outros Estados do Nordeste tem enfrentado um período seco que se prolonga por seis anos, o governo local se prepara para licitar um projeto inédito no

Brasil: dessalinização da água do mar para torná-la potável. O edital ficou em consulta pública até o fim de outubro. Nesse momento, o Tribunal de Contas do Estado analisa as contribuições. Estima-se que até o primeiro semestre a concorrência possa ser aberta. Será o primeiro projeto desse gênero no Brasil, com um investimento previsto de R\$ 500 milhões para atender cerca de 300 mil cearenses da região metropolitana de Fortaleza. Eles vão ser atendidos com água potável proveniente da planta de dessalinização e que será fornecida na rede pública da companhia estadual que atende o Estado. Caso haja sobra, a água poderá ser direcionada para atendimento à indústria.

O Ceará é um exemplo de como a disputa pela água tem trazido ruídos em diversas esferas e como ela pode implicar aumento de custos. Localizado na bacia do rio Jaguaribe, o Castanhão é considerado o maior açude de usos múltiplos do Brasil. Atingiu a marca de 5% de seu volume total de água em 2017, o pior cenário desde sua entrada em operação em 2002. Em condições normais abastece a região metropolitana de Fortaleza e o polo Industrial de Pecém, que abriga duas grandes termelétricas a carvão, responsáveis por uma demanda de água equivalente à de uma cidade com 600 mil habitantes.

Como o abastecimento humano é prioritário, o governo do Ceará publicou lei em setembro de 2016 que prevê uma cobrança diferenciada pelo uso dos recursos hídricos, o Encargo Hídrico Emergencial (EHE), às empresas operadoras das térmicas. “O governo estabeleceu o encargo de forma a ‘inibir’ o uso dos recursos hídricos pelas usinas Pecém I e II, que pagaram para manter o funcionamento”, afirma Barroso. Após pedido de revisão negado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as usinas ganharam na Justiça o direito de repassar os prejuízos para as contas de luz dos consumidores. A Aneel acatou a decisão judicial, reconhecendo o pedido de readequação do equilíbrio econômico-financeiro das usinas.

Reduzir perdas ganhará espaço. Hoje o Brasil é um dos dez países que mais desperdiçam água nas redes de abastecimento. Cerca de 40% de toda a água distribuída no país se perde em vazamentos, ligações clandestinas e falhas de leitura de hidrômetro, o que cria um prejuízo de mais de R\$ 10 bilhões anuais para o setor. Diminuir esse número se tornará um mantra. A redução teria duplo impacto: aumento de receita e eventual redução de investimentos futuros em um momento em que centros de abastecimento são construídos cada vez mais distantes das áreas de maior consumo e os terrenos são mais caros.

Em Araçatuba, cuja concessão é gerenciada pela GS Inima, o contrato previa a construção de uma nova estação de abastecimento em 2033. Quando assinou o contrato de concessão, o índice de desperdício estava em 49% na cidade do interior paulista. Caiu para 36%. A expectativa é chegar a 25% em 2024, 17 anos antes do prazo estipulado no contrato. A ideia é ir além e atingir 20%. “Com menos perdas, o investimento futuro poderá ser minimizado ou adiado”, diz o presidente da empresa, Paulo Roberto Oliveira. A receita da companhia no Brasil deve chegar neste ano a R\$ 750 milhões, com R\$ 350 milhões na área de água e esgoto e o restante em tratamento de água para o setor industrial, em que a empresa é líder no Brasil. Em cinco anos, a GS Inima espera dobrar sua receita no Brasil, ganhando espaço nos dois segmentos. A empresa mira oportunidades em polos industriais em que a escassez de água cria oportunidades de negócios. “A água se torna um bem escasso e os polos industriais estão perto de centros consumidores”, diz Oliveira.

A Sabesp, com quase 5 milhões de clientes no Estado de São Paulo, lançou no ano passado um projeto piloto de internet das coisas em 500 clientes. Bem-sucedido o teste, a empresa assinou um contrato de cerca de R\$ 25 milhões para implementar a solução em seus 100 mil clientes, com consumo superior a 300 metros cúbicos mensais. Cerca de 10 mil já receberam os hidrômetros inteligentes. Até o fim do ano, esse número deverá dobrar. Todos deverão ser instalados até outubro de 2020. “Eles permitirão um monitoramento muito mais estreito e um conjunto de informações que poderão evitar vazamentos e perdas não técnicas. Teremos a transmissão de dados a cada 12 horas”, afirma o superintendente de planejamento e desenvolvimento da região metropolitana de São Paulo, Marcello Xavier Veiga.

A redução de perdas e a maior eficiência poderão ganhar um novo impulso com o Projeto de Lei nº 3261/19, que cria o novo marco regulatório do setor de saneamento. Sua maior novidade é a obrigação de que celebração ou renovação de contrato entre empresa estatal e município seja feita sob concorrência pública, o que hoje inexistente. Hoje as companhias estaduais respondem por 2/3 do mercado e sua base está assentada em contratos de programa com municípios, muitas vezes renovados automaticamente sem concorrência. O projeto de lei foi aprovado em dezembro na Câmara e deverá ser votado em fevereiro no Senado. Ele poderá ampliar a participação da iniciativa privada e poderá fazer com que Estados vendam sua participação em companhias estaduais, que hoje respondem por cerca de 2/3 do mercado. “Poderá ser um divisor de águas e uma eventual privatização poderá deslanchar outras”, afirma

Diogo McCord de Faria, secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura do Ministério da Economia. “Poderá movimentar mais de R\$ 40 bilhões para os Estados, que enfrentam um aperto nas contas públicas e escassez de ativos para venderem”, observa Fred Turolla, da Pezco.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/01/2020

Seção: Finanças

Autor: Murillo Camarotto, Luísa Martins, Isadora Peron e Juliana Schincariol — De Brasília e do Rio

Título: Greenfield denuncia 29 por rombo de R\$ 5,5 bi em fundos de pensão

A força-tarefa da Operação Greenfield informou ontem ter protocolado denúncia contra 29 ex-gestores dos fundos de pensão Petros, Funcef, Previ e Valia. Eles são acusados de gestão temerária nos investimentos desses fundos, que administram, respectivamente, os planos de previdência dos funcionários de Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Vale.

As ilegalidades cometidas, de acordo com os investigadores, teriam causado um prejuízo já calculado em R\$ 5,5 bilhões. A força-tarefa da Greenfield atua na Procuradoria da República em Brasília.

Segundo as investigações, os acusados praticaram gestão temerária com aportes no Fundo de Investimentos Sondas, da Sete Brasil, responsável pela construção de unidades de perfuração para a operação no pré-sal. Os procuradores pedem uma reparação de R\$ 16 bilhões.

“Foram ignorados os riscos dos investimentos, as diretrizes do mercado financeiro, do Conselho Monetário, dos próprios regimentos internos, bem como não foram realizados estudos de viabilidade sobre os aportes”, diz a Greenfield.

“Quando da contratação do segundo lote de 21 sondas, já havia dúvidas objetivas sobre a capacidade de construir, tempestivamente, as sete primeiras sondas, que deveriam ser construídas no Estaleiro Atlântico Sul (Pernambuco) com ajuda do sócio estratégico Samsung”, diz.

As investigações da Greenfield revelaram que a escolha desses fundos de pensão como investidores do FIP da Sete Brasil facilitou o aporte de bilhões de reais em um curto espaço de tempo, “sem maiores cuidados e diligência, sem muita cautela e sem a preocupação real com o cumprimento dos deveres fiduciários esperados dos gestores de capitais de terceiros”.

Entre os denunciados está Esteves Colnago, que foi ministro do Planejamento no governo do ex-presidente Michel Temer e que hoje é assessor especial do ministro da Economia, Paulo Guedes. A acusação se refere ao período em que Colnago ocupava uma cadeira no Conselho Deliberativo da Funcef.

Em nota, o Ministério da Economia informou que Colnago está à disposição das autoridades e que suas atividades no fundo de pensão da Caixa Econômica ocorreram em consonância com o regimento interno e demais normas.

Outros nove ex-gestores da Funcef foram denunciados. A advogada Mariana Mei de Souza - que representa Antônio Bráulio de Carvalho, Carlos Alberto Caser, Carlos Augusto Borges e Demóstenes Marques - disse que não havia sido notificada da denúncia e que, por isso, não iria se manifestar.

Os representantes de Mauricio Marcellini, Fabiana Maneguê, José Miguel Correia, Olivio Gomes Vieira e Raphael Rezende Neto não foram localizados. A Funcef sustenta que mantém na estrutura comissões internas para apurar os investimentos feitos no passado.

Pela Petros, o advogado Rafael Borges não encaminhou até o fechamento desta edição um posicionamento referente à denúncia contra Luis Carlos Afonso, Carlos Costa, Newton Carneiro, Manuela Marçal, Wilson Satarosa, Paulo Teixeira, Regina Valle, Ronaldo Tedesco, Jorge Nahas, Diogo Hernandez, Nilton Maia e Paulo Chamadoiro.

A fundação informou ainda que está colaborando com o Ministério Público e com a Polícia Federal e que tem reforçado o trabalho interno de apuração de ilegalidades.

A Previ ainda não constituiu advogados para representar os ex-gestores Ricardo Flores, Renê Sanda, Marco Geovanne Tobias e Ricardo Giambroni. Em nota, a entidade informou que os aportes no Sonda foram “realizados de acordo com as normas vigentes e com suas políticas de investimentos”.

Também em nota, a Valia argumentou que todos os seus investimentos seguiram “rigorosamente todos os fóruns de assessoramento da fundação”. Não foram localizados os advogados de Mauricio da Rocha Wanderley, Eustáquio Coelho Lott e Marcela Bacelar Sleiman.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/01/2020

Seção: Política

Autor: Anne Warth Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Bolsonaro quer dar subsídio para luz de templos religiosos

Bolsonaro quer subsidiar conta de luz de igrejas

O presidente Jair Bolsonaro quer conceder subsídio na conta de luz para templos religiosos de grande porte. A pedido dele, uma minuta de decreto foi elaborada pelo Ministério de Minas e Energia e enviada para a pasta da Economia, mas a articulação provocou forte atrito no governo. A equipe econômica rejeita a medida, que vai na contramão da agenda do ministro Paulo Guedes, conhecido por defender a redução de benefícios desse tipo. O Ministério de Minas e Energia confirmou que o assunto está sendo avaliado. Embora o movimento seja para beneficiar templos religiosos de forma ampla, os evangélicos são o alvo da medida.

A bancada desse segmento é hoje a principal base de sustentação do governo e Bolsonaro tem atendido suas reivindicações desde que assumiu a Presidência. A influência de líderes evangélicos sobre o Palácio do Planalto é cada vez maior e o próprio presidente já disse que quer tê-los por perto na administração. Com essa perspectiva, muitos templos já anunciaram a disposição de ajudar Bolsonaro a coletar as quase 500 mil assinaturas necessárias para criar seu novo partido, o Aliança pelo Brasil (mais informações na pág. A5). Bolsonaro também já avisou que pretende indicar um ministro “terrivelmente evangélico” para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Os evangélicos representam 29% dos brasileiros e podem ser o fiel da balança na campanha de Bolsonaro à reeleição, em 2022. Coordenador da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado Silas Câmara (Republicanos- AM) disse que a concessão de subsídio na conta de luz para templos religiosos é “justa” e tem impacto “mínimo”. Segundo Câmara, a medida não beneficiará apenas evangélicos e as igrejas não geram lucro. “Os templos religiosos só funcionam das 18h às 23h e é justamente nesse horário que as distribuidoras podem cobrar mais”, afirmou. “Fechem todas as 300 mil igrejas no Brasil em um dia para ver o impacto social e na segurança no dia seguinte.”

Outro integrante da bancada evangélica, o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) argumentou que toda ajuda a templos e a instituições filantrópicas, dada pelo governo, “será sempre muito bem-vinda”. O subsídio na conta de luz não é a primeira medida planejada por Bolsonaro para manter o apoio evangélico. Com o aval do presidente, o Congresso aprovou um projeto garantindo incentivos fiscais para igrejas até 2032. Por meio de decreto, ele também passou por cima da agenda que favorecia pessoas com deficiência, uma das prioridades da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, liberando igrejas de realizar adaptações para acessibilidade em áreas destinadas ao altar e ao batistério.

Ano passado. As discussões sobre a criação de mais benesses para igrejas começaram no fim do ano passado. A ideia do governo é diminuir a conta de luz dos consumidores conectados à alta tensão – ou seja, os de maior demanda, como catedrais e basílicas. Consumidores residenciais e pequenos estabelecimentos são conectados à baixa tensão e, por isso, pagam uma tarifa de mesmo valor, independentemente do horário. Já edificações maiores, como supermercados e shopping centers, se ligam às redes na alta tensão e pagam tarifas mais caras no chamado horário de ponta, momento de maior consumo do dia.

Cada distribuidora tem seu próprio horário de ponta, que dura três horas consecutivas e se concentra entre o fim da tarde e o início da noite durante dias de semana. Na Enel São Paulo, por exemplo, é das 17h30 às 20h30. Nesses horários, o consumo de energia pode ficar 50% mais alto, e as taxas de uso, subir até 300% – o objetivo é deslocar a demanda para horários menos congestionados. É justamente nesse período que os templos realizam cultos. Maior estrutura da Igreja Universal do Reino de Deus, o Templo de Salomão, em São Paulo, celebra cultos diariamente de manhã, tarde e noite. As celebrações das segundas-feiras, às 18h30, e de terças a sextas, às 20h, se encaixam no horário mais caro.

Pela minuta de decreto em estudo no governo, os templos passariam a pagar tarifas mais baratas no horário de ponta, iguais às cobradas durante o dia. O valor que deixariam de pagar, porém, não “desaparece”: ele necessariamente passa a ser arcado por alguém. Desde 2015, o Tesouro não paga qualquer subsídio no setor elétrico. Para bancar a despesa, seria preciso cortar outra de mesmo valor. Por isso, a alternativa em estudo para esses benefícios é que sejam custeados por outros consumidores – tanto residenciais quanto livres, via encargo chamado Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Nota técnica. O Ministério de Minas e Energia, comandado por Bento Albuquerque, preparou uma nota técnica sobre o tema. Embora tenha citado uma lei que determinou a redução dos subsídios embutidos na conta de luz, o ministério pediu à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para calcular quanto o benefício às igrejas custaria. A Aneel respondeu, segundo apurou a reportagem, que não tinha como fazer esse levantamento, mas avaliou que o valor seria baixo. O pedido chegou, então, ao Ministério da Economia, que se mostrou contra a medida.

A equipe econômica é uma das que mais resiste à criação de novos subsídios que provoquem impacto tarifário, já que a energia é um dos insumos fundamentais para a atração de investimentos e, conseqüentemente, a retomada do crescimento. A soma dos benefícios embutidos na conta de luz e repassados para todos os consumidores atingiu R\$ 22 bilhões neste ano e tem

sido alvo de preocupação do governo. A pasta de Guedes lembrou que subsídios estão na mira do Tribunal de Contas da União (TCU) e que o órgão determinou ao governo que parasse de criar benefícios sem dotação orçamentária. A corte de contas considerou ainda que os subsídios criados por decreto e sem relação com o setor elétrico são inconstitucionais.

A proposta vai contra projetos de lei no Congresso, apoiados pelo governo, que têm como meta criar um novo marco para o setor elétrico, reduzindo subsídios cruzados. A ideia de subsídio para a conta de luz de igrejas chegou a ser proposta em 2010 pelo ex-deputado Eduardo Valverde (PT-RO), mas foi arquivada em 2015. Se o benefício for criado por decreto, o TCU pode até multar integrantes do governo. A Subchefia de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência informou não ter “proposta formalizada” sobre o tema. O Ministério da Economia e a Aneel não responderam até a publicação da reportagem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/01/2020

Seção: Economia

Autor: Luiz Vassallo Pedro Prata Fausto Macedo

Título: Greenfield denuncia assessor de Guedes

Promovido à chefia de assessoria, Esteves Colnago é acusado, com outros 28 ex-executivos de fundos de pensões, de gestão temerária

Esteves Pedro Colnago Júnior, promovido ontem a chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais do Ministério da Economia, está na lista de denunciados na Operação Greenfield por suposta gestão temerária que provocou prejuízo de R\$ 5,5 bilhões a fundos de pensão da Caixa Econômica, da Vale, do Banco do Brasil e da Petrobrás. Em 29 de dezembro, a Greenfield denunciou 29 ex-executivos dos fundos de pensão Petros, Funcef, Previ e Valia por gestão temerária na aprovação de investimento no Fundo de Investimentos e Participações Sondas, veículo de investimentos da Sete Brasil Participações, subsidiária da Petrobrás. A força-tarefa pede, além da condenação, a reparação econômica em R\$ 16 bilhões.

O Ministério da Economia afirmou, por meio de nota, que Colnago “está à disposição da força-tarefa da Greenfield e do Ministério Público Federal para prestar os esclarecimentos relacionados à gestão dos fundos de pensão. O assessor (Colnago) esclarece que todas as atividades exercidas como membro do conselho deliberativo do Fundação dos Economiários Federais (Funcef) ocorreram em consonância com o regimento interno e demais normas legais”. Ele é denunciado por fatos ocorridos entre 2011 e 2012 e, segundo os

investigadores, consumados até 2016. No período abrangido pela denúncia, ocupou o conselho deliberativo da Funcef, fundo de pensão complementar dos funcionários da Caixa Econômica. Os procuradores afirmam que o total do prejuízo somente para esse fundo foi de mais de R\$ 2 bilhões.

Ex-ministro. Colnago foi ministro do Planejamento entre abril e dezembro de 2018 no governo Michel Temer (MDB) – pasta que viria a ser incorporada pelo Ministério da Economia. Ele ocupou até quarta-feira, o cargo de secretário adjunto da Fazenda. Na nova função no Ministério da Economia, passa a assessorar diretamente o ministro e a manter, entre outras atribuições, o diálogo com o Congresso. A denúncia do Ministério Público Federal, em Brasília, ressalta a concepção da Sete Brasil para a construção de sondas para a perfuração do pré-sal, e também “pelo desejo de expandir uma rede de corrupção que, desta vez, não vitimaria a Petrobrás, mas sim entidades (fundos de pensão, em maior medida) que investiriam seus recursos nessa nova companhia”.

Referindo-se a fatos apurados pela Operação Lava Jato, os procuradores citam delatores, como o ex-diretor de participações da Sete Brasil Eduardo Costa Vaz Musa, que afirmou que “a referida empresa foi constituída a fim de fazer prosperar um esquema de propinas que já estaria predefinido por Pedro Barusco (pela Petrobrás) e João Vaccari Neto (pelo Partido dos Trabalhadores)”.

Vídeo gravado. No caso específico da Funcef, os procuradores analisaram os riscos assumidos pelos diretores e conselheiros, e até mesmo expõem os áudios de reuniões em que os aportes teriam sido aprovados. “No áudio da reunião do conselho deliberativo da Funcef, referente à ata n.º 377, nota-se, sem lugar a dúvidas, que os conselheiros aqui acusados referendaram o investimento de mais um bilhão de reais na Sete Brasil sem realizar nenhuma discussão e sem embasamento técnico, com negligência assustadora, como se estivessem tratando de um tema qualquer sem a menor repercussão no patrimônio da Funcef e na futura vida econômica de seus participantes”, diz a força-tarefa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/01/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Acusação envolve fundos de pensão e a Sete Brasil

O documento de 128 páginas, assinado pelos procuradores da República que compõem a força-tarefa da Operação Greenfield, traz a acusação de que os supostos crimes dos ex-executivos da Petros, Funcef, Previ e Valia teriam ocorrido de 2011 a 2016. As investigações apontaram que os então gestores dos

fundos de pensão ignoraram os riscos dos investimentos na Sete Brasil, as diretrizes do mercado financeiro, do Conselho Nacional Monetário (CNM), dos próprios regimentos internos, bem como não foram realizados estudos de viabilidade sobre os aportes.

Petros, Funcef e Valia continuaram a investir no Fundo de Investimentos e Participações Sondas apesar de o cronograma ter apresentado atrasos já na primeira etapa e do incremento de mais riscos. A empresa Sete Brasil surgiu após a descoberta do pré-sal, em 2006, quando a Petrobrás verificou que não existiam unidades de perfuração em quantidade suficiente para a demanda de exploração. Foi a Petrobrás que procurou os fundos de pensão para que investissem no FIP Sondas, sob aprovação do governo federal. A denúncia diz que as investigações revelaram que a escolha dos fundos de pensão como investidores propiciou aplicação de recursos bilionários em curto espaço de tempo, “sem maiores cuidados e diligência”.

Outro lado. A Petros diz que “está colaborando de forma irrestrita com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal”. A Funcef afirma que “contribuiu na produção de provas para auxiliar também o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. A Valia esclarece que “o investimento seguiu rigorosamente o trâmite em todos os fóruns de assessoramento da fundação”. Previ diz que “já prestou esclarecimentos em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, fornecendo informações, documentos e depoimentos e que a CPI reconheceu a postura diligente e prudente da Previ ao não acompanhar os novos aportes”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/01/2020

Seção: Mercado

Autor: Patrícia Campos Mello

Título: Bolsonaro assinará na Índia acordos para elevar comércio

Em viagem ao país asiático a partir do dia 25, presidente firmará tratados com o objetivo de diversificar exportações

São Paulo- O presidente Jair Bolsonaro desembarca na Índia no dia 25 com um amplo acordo de investimentos para selar sua aproximação com o país asiático.

Com o acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI), o investidor estrangeiro passará a ter um “ombudsman” na Camex, a quem pode recorrer para prevenir conflitos ou mediar disputas. O investidor brasileiro também terá um mecanismo semelhante na Índia.

O objetivo é dar mais segurança jurídica ao investidor para estimular investimentos. O tratado segue um novo modelo que exclui a cláusula

investidor-Estado, que previa que os Estados poderiam ser acionados em arbitragem internacional pelas empresas investidoras.

Esse mecanismo era frequentemente exigido em acordos de investimentos com países europeus e rejeitado pelo Congresso, que não ratificou vários desses tratados.

O Brasil já assinou acordos nesse mesmo modelo com Angola, Chile, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, México, Moçambique e Peru, entre outros países.

Bolsonaro será convidado de honra da cerimônia do Dia da República da Índia, uma deferência que só foi concedida aos então presidentes Fernando Henrique Cardoso, em 1996, e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004. O dia é celebrado com um desfile grandioso, com direito a tanques, caças e camelos.

O presidente brasileiro deve passar três dias no país — no último, está prevista sua participação em um seminário empresarial.

Bolsonaro também deve depositar flores no memorial de Mahatma Gandhi, um dos fundadores da Índia moderna e líder do movimento pacifista.

Além do acordo de investimentos, devem ser assinados ao menos outros dez tratados. Dois são demandas antigas do setor privado brasileiro: o acordo de Previdência, que permite aos executivos que o tempo em que trabalham expatriados seja contado para sua aposentadoria. Para as empresas, elimina a dupla contribuição previdenciária. E uma revisão do acordo de eliminação de bitributação Brasil-Índia, válido desde 1992, que deve ter suas alíquotas atualizadas.

Também devem ser assinados acordos para aumentar vendas de etanol brasileira, para cooperação em segurança cibernética, em medicina, e outros.

Na comitiva, estarão o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, o secretário especial de Comércio Exterior, Marcos Troyjo, a ministra da Agricultura, Teresa Cristina, o titular da pasta de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, e o de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

A meta do governo brasileiro é diversificar exportações brasileiras para a Índia, hoje muito concentradas em petróleo (35% das vendas de janeiro a novembro do ano passado), óleo de soja (10%) e açúcar (8,9%).

No setor agrícola, há o objetivo de aumentar exportação de frango e porco para a Índia, que abriu recentemente o mercado para esses produtos brasileiros, e do etanol.

No ano passado, o Brasil teve déficit comercial de US\$ 1,49 bilhão com a Índia, após um pequeno saldo de US\$ 246 milhões em 2018. O país exportou US\$ 2,76 bilhões e importou US\$ 4,25 bilhões, principalmente em produtos químicos, inseticidas, combustíveis e medicamentos.

Já o acordo de preferências tarifárias com a Índia deve ser discutido, mas dificilmente avançará. Assinado em 2009, ele cobre apenas 450 linhas tarifárias. O governo brasileiro quer aumentar o total de produtos para 2.000 linhas tarifárias, mas isso precisa ser aprovado pelos outros sócios do Mercosul, e o setor industrial brasileiro tem restrições.

“É claro que precisamos expandir nossa presença e intercâmbio comercial com a Índia, país com 1,3 bilhão de habitantes — mas qualquer acordo de abertura de mercado precisa abordar subsídios agrícolas e industriais”, diz Diego Bonomo, gerente-executivo de Comércio Exterior da CNI.

A Índia é um dos países que sofrem mais contestações por causa de subsídios à indústria e agricultura — estão em vigor 49 medidas compensatórias contra os indianos. A campeã é a China, com 109.

“Para a indústria, a Índia representa um mercado consumidor enorme, mas também um competidor direto que usa instrumentos de competição desleais”, afirmou Bonomo. Na visita bilateral, não devem ser discutidos temas espinhosos, como os subsídios da Índia ao açúcar, alvo de contencioso do Brasil na OMC (Organização Mundial de Comércio).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/01/2020

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo

Título: Assessor especial de Guedes é denunciado por gestão temerária

Brasília- O assessor do ministro Paulo Guedes (Economia) Esteves Colnago e mais 28 pessoas foram denunciadas pelo MPF (Ministério Público Federal) em Brasília por gestão temerária de fundos de pensão.

Eles são acusados de causar prejuízos de R\$ 5,5 bilhões à Funcef (dos funcionários da Caixa), à Petros (Petrobras), à Previ (BB) e à Valia (Vale).

Servidor de carreira, Colnago foi ministro do Planejamento no fim do governo Michel Temer (MDB). Em seguida, passou a integrar o governo Jair Bolsonaro.

O desempenho como secretário especial adjunto de Fazenda desde o começo de 2019 agradou tanto que Guedes o promoveu nesta quinta(9) a assessor especial, principalmente para articular com congressistas propostas de interesse da equipe econômica.

O Ministério Público Federal diz que os crimes teriam sido cometidos entre 2011 e 2016.

Segundo a força-tarefa Greenfield, grupo de procuradores da República que apura desvios em fundos de pensão e bancos, Colnago era membro do conselho deliberativo da Funcef e, nessa condição, aprovou de forma temerária investimentos feitos na empresa Sete Brasil, de construção de sondas de petróleo.

De acordo com o MPF, ele e outros gestores do Funcef autorizaram os aportes ignorando riscos, diretrizes do mercado financeiro e do CMN (Conselho Monetário Nacional), além dos próprios regimentos internos. Além disso, não teriam sido feitos estudos de viabilidade sobre os aportes.

A Sete Brasil foi formada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e recebeu aportes de diferentes fundos de pensão, além de bancos, como objetivo de construir sondas (unidades de perfuração) para a exploração do pré-sal.

Posteriormente, as atividades da Sete Brasil passaram a ser investigadas. Segundo a força-tarefa, o prejuízo causado às entidades, de R\$ 5,5 bilhões, é o maior entre todos os casos investigados.

A derrocada financeira da Sete começou ainda na fase inicial da Lava Jato, no fim de 2015. As primeiras denúncias de executivos da empresa, que também eram da Petrobras — no envolvimento de pagamento de propinas a estaleiros brasileiros que construiriam as sondas —, levaram o BNDES a vetar o empréstimo de longo prazo que permitiria manter a máquina da Sete funcionando.

As perdas da Funcef com os aportes na Sete seriam de R\$ 2,3 bilhões (em valores atualizados até outubro de 2019). O valor só não é maior que o da Petros, que teria registrado prejuízo de R\$ 2,4 bilhões com os investimentos. Na Previ, a conta chega a R\$ 331,6 milhões; na Valia, a R\$340,1 milhões.

Os procuradores afirmam que Colnago e os demais conselheiros do Funcef referendaram em 16 de maio de 2012 um investimento de mais de R\$ 1 bilhão na Sete Brasil sem nenhuma discussão ou embasamento técnico, “com negligência assustadora” e como se estivessem tratando de “um tema qualquer”.

De acordo com os procuradores, o aporte foi feito sem ser examinado o mérito do investimento, deixando para um momento posterior a verificação de uma apresentação sobre o fundo.

Além disso, os procuradores afirmam que no começo de 2012 já se sabia dos problemas na Sete Brasil, como o atraso no cronograma da construção das primeiras sondas.

De acordo com a denúncia, a apresentação sobre o investimento só foi feita quatro meses após a deliberação do conselho da Funcef, em setembro de 2012. E, mesmo assim, de forma superficial.

A pena prevista para quem gerir de forma temerária instituição financeira é reclusão de 2 a 8 anos, além de multa.

Colnago já responde a um processo administrativo na Previc sobre o mesmo caso.

Nos bastidores do Ministério da Economia, a denúncia do MPF contra Colnago foi recebida com ceticismo.

A visão entre colegas que comentaram o episódio é que a equipe confia no trabalho do assessor especial de Guedes.

Além disso, interlocutores de Colnago afirmam que ele está calmo e tranquilo sobre sua conduta nos episódios.

Colnago diz que atou dentro da legalidade em fundo de pensão

OUTRO LADO

O Ministério da Economia afirmou que Esteves Conalco está à disposição da força-tarefa Greenfield para prestar informações ao MPF.

“O assessor esclarece que todas as atividades exercidas como membro do conselho deliberativo da Funcef ocorreram em consonância com o regimento interno e demais normas legais”, diz nota da pasta.

Procurada, a Funcef afirmou que mantém sistemas de apuração para analisar investimentos feitos no passado.

A Petros disse que vem colaborando de forma irrestrita com as autoridades e que já pediu para ser assistente do MPF em processos investigados pela Greenfield.

A Valia afirmou que seguirá defendendo o aporte, “cujos consistentes resultados demonstram inequivocamente o rigor técnico adotado”. Apesar disso, afirmou que vai buscar “a reparação pelos prejuízos sofridos no investimento”.

Já a Previ disse que o aporte foi feito de acordo com as normas regulatórias vigentes e precedido de estudos técnicos.

“Caso fique comprovado que o nome da Previ foi usado para vantagens indevidas, serão adotadas todas as medidas para reparação de danos.”

A força-tarefa também investiga o ministro Paulo Guedes por suposta “gestão temerária ou fraudulenta” em negócios com fundos de pensão, feitos por uma gestora de ativos que pertencia a ele. O caso corre em sigilo. Guedes nega ilegalidades.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Mariana Carneiro (interina)

Título: Cofrinho

PAINEL

O governo de Minas Gerais afirma que não pode precisar quanto deve arrecadar com a antecipação dos royalties da exploração do nióbio — a conta exata só sairá na véspera da operação. O estado usará a verba para honrar salários de servidores e dívidas com municípios.

com Julia Chaib e Carolina Linhares

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/01/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Ministério da Economia desconhecia fundo do petróleo

Técnicos da pasta não participaram da reunião, na segunda-feira, que discutiu mecanismo para amortecer oscilações de preços

BRASÍLIA E RIO- A equipe do Ministério da Economia foi pega de surpresa com a proposta da pasta de Minas e Energia (MME) de criar um fundo para amortecer os efeitos da alta do petróleo, segundo fontes com conhecimento no assunto. A

ideia da equipe comandada pelo **ministro Bento Albuquerque** é que esse mecanismo seja usado como um colchão para evitar que as altas bruscas no mercado internacional sejam transferidas aos consumidores internos.

Técnicos da Economia não participaram da reunião sobre o assunto, segunda-feira, no MME, com a presença do presidente Jair Bolsonaro. O mecanismo para evitar choques no preço dos combustíveis é discutido desde outubro no MME, após a criação de um grupo de trabalho para acompanhar os efeitos, no mercado interno, das oscilações do petróleo.

O acompanhamento do mercado internacional foi determinado pelo próprio Bolsonaro, após a alta das cotações em razão do ataque a uma refinaria da Arábia Saudita, em setembro do ano passado. Desde então, os técnicos do MME trabalhavam em soluções para amenizar os efeitos de crises externas no Brasil. O assunto ganhou força esta semana, com o agravamento da crise entre Irã e Estados Unidos, que também levou volatilidade ao mercado.

A ideia em gestação no MME é usar um excedente de arrecadação de royalties e participações especiais para compor o fundo, a ser usado em momentos de crise. Esse “extra” seria estabelecido com base no valor previsto no Orçamento. O que exceder esse valor seria destinado ao fundo.

A forma de utilização e o gatilho que irá acioná-lo ainda não foram decididos, mas devem ser apresentados a Bolsonaro em fevereiro ou início de março. Técnicos da Economia, dizem, porém, que não participam das discussões e veem com ressalvas a criação de fundos e subsídios. O ministro Paulo Guedes está de férias e também não tem participado das discussões.

COTAÇÃO DO ÓLEO RECUA

Ontem, o barril do petróleo tipo Brent, negociado em Londres, encerrou em queda de 0,11%, a US\$ 65,37, segundo a Bloomberg — um pouco abaixo da cotação da véspera da morte do general Qassem Soleimani, de US\$ 66,25. Em Nova York, o WTI recuou 0,08%, a US\$ 59,56.

O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, caiu 0,26%, aos 115.947 pontos. Já o dólar comercial teve valorização de 0,82%, a R\$ 4,085. Pesou no mercado a retração de 1,2% na produção industrial em novembro. Analistas projetavam recuo de 0,7%.

Colaborou Gabriel Martins

VEÍCULO: O Globo**Data: 10/01/2020****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Petróleo: chances e obsolescência**

Se o governo criar um fundo para atenuar as oscilações dos preços dos combustíveis, estará tirando dinheiro dos impostos. E isso, de qualquer maneira, é subsídio a combustível fóssil. Além do mais, a equipe econômica decretou que todos os fundos deveriam acabar. E o governo estará criando mais um. O Brasil precisa entender melhor o petróleo, suas chances e seus problemas. Na entrevista que me concedeu esta semana, o presidente da ANP, Décio Oddone, destacou dois pontos: o petróleo é um “produto em obsolescência” e o Brasil vai mais que duplicar sua produção até 2030.

— Hoje o Brasil produz mais de 3 milhões, quase quatro milhões de barris de petróleo equivalente por dia, juntando com o gás. Nossa expectativa é chegar a 7 milhões de barris na próxima década. Ficaremos entre os cinco maiores produtores e exportadores. O impacto vai ser gigantesco, porque a arrecadação vai se multiplicar. Então fica o recado e a preocupação de como utilizar esses recursos. São finitos e voláteis — disse Oddone, em programa que fiz com ele na Globonews.

O Rio de Janeiro vai ser o local mais beneficiado do Brasil, alerta o diretor-geral da ANP, porque terá 70% da produção no litoral fluminense e isso trará um aumento significativo de arrecadação para o estado.

O risco de repetir o passado é enorme. O Rio já desperdiçou oportunidades assim. O Brasil, também. Mas esse boom acontecerá muito perto do fim do ciclo do petróleo.

— O petróleo caminha para a obsolescência. A sociedade já fez a opção para a transição energética e pelo uso de energia mais limpa. Mas haverá um período de transição, que não vai ser curto, de aumento da presença das fontes renováveis na matriz energética — diz Oddone.

Ele diz que quando começou a trabalhar na área, décadas atrás, achava que o fim da era do petróleo ocorreria por falta de petróleo. Agora, sabe que é por queda de demanda. Mas esse tempo não será tão curto.

— As principais instituições internacionais, a Agência Internacional de Energia (AIE) e outras que fazem simulação, estimam o pico da demanda de petróleo por volta de 2040. A partir de então, gradualmente, lentamente, o petróleo vai sendo substituído por outras fontes de energia, o gás natural tem papel

importante nessa transição porque emite menos CO₂. Ao longo do tempo as fontes renováveis vão ocupando o lugar do petróleo. E sobrará petróleo embaixo da terra e no fundo do mar— diz ele.

Talvez a transição tenha que ser apressada. Os climatologistas que passaram da expressão “mudança climática” para “emergência climática” acham que será preciso um esforço muito maior do que o que vem sendo feito no mundo para conter os extremos do clima que têm assombrado o planeta.

Oddone lembra que nós somos ainda um país com muitos pobres. Esse dinheiro tem que ser para construir o resgate da população e a elevação do nível de vida para os brasileiros em geral.

— Corremos o risco de perder essa oportunidade. Poderíamos ter feito isso há dez anos — diz ele, referindo-se ao fato de que, após encontrar os recursos do pré-sal, o governo Lula interrompeu os leilões para redefinir o modelo de exploração e o país perdeu muitas chances de investimento. Depois, veio a crise da Petrobras em decorrência da corrupção revelada pela Lava-Jato. E só em 2017 novos leilões voltaram e a indústria cresceu novamente.

Neste momento, o governo discute como criar um mecanismo que evite as altas fortes de combustíveis quando o petróleo, sempre volátil, sobe no mercado internacional. Oddone propõe que os estados, em vez de cobrar um percentual sobre o preço da bomba, estabeleçam um valor fixo por litro. Isso já acontece com o PIS-Cofins sobre a gasolina e sobre o diesel. Na gasolina, a Cide também é um valor fixo. Ela está zerada no diesel e em R\$ 0,10 na gasolina. Ele diz que isso não significa redução de impostos sobre combustível fóssil, mas sim “aumento da eficiência dos impostos’..

O governador do Rio, Wilson Witzel, admitiu a possibilidade de implantar uma fórmula de valor fixo de ICMS. **O ministro Bento Albuquerque** disse que o governo está estudando a criação desse fundo de estabilização do preço. Quando a arrecadação excedesse o projetado, a receita extra iria para o fundo. Os governos ficam assim entre o medo da alta dos preços dos combustíveis e a tentação de pegar dinheiro dos impostos para estimular o uso de um produto que emite gases de efeito estufa. Os mesmos que estão ameaçando o planeta.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/01/2020

Seção: Economia

Autor: AGUIRRE TALENTO

Título: MPF denuncia 29 por fraudes na Sete Brasil

Operação Greenfield aponta que gestores dos fundos de pensão de Caixa, Petrobras, BB e Vale provocaram prejuízos de R\$ 5,5 bilhões a aposentados por investimentos em sondas do pré-sal. Atual assessor de Guedes é um dos citados

BRASÍLIA- O Ministério Público Federal (MPF) apresentou denúncia contra 29 suspeitos de envolvimento em fraudes no aporte de recursos milionários dos fundos de pensão da Caixa (Funcef), Petrobras (Petros), Banco do Brasil (Previ) e Vale (Valia) na empresa Sete Brasil, responsável pela construção de sondas para exploração do petróleo na camada pré-sal.

Na denúncia, a força-tarefa Greenfield calcula que o prejuízo aos aposentados foi de R\$ 5,5 bilhões e solicita a reparação no valor de R\$ 16,5 bilhões. A denúncia envolve ex-dirigentes de fundos de pensão, entre eles Esteves Colnago, ex-ministro do Planejamento do governo de Michel Temer e atualmente assessor especial do ministro da Economia, Paulo Guedes.

É o maior caso já denunciado pela Greenfield, força-tarefa da Procuradoria da República no Distrito Federal que apura investimentos fraudulentos dos fundos de pensão, com prejuízos aos seus aposentados. De acordo com a denúncia, o governo federal, à época comandado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, usou sua influência política no comando dos fundos de pensão para que eles aportassem recursos milionários na Sete Brasil, ignorando os riscos do investimento, assumindo a possibilidade de prejuízos para os pensionistas.

Os maiores aportes vieram da Petros e da Funcef, que colocaram cerca de R\$ 1 bilhão na Sete Brasil.

GESTÃO TEMERÁRIA

No rol de denunciados estão o ex-presidente da Petros Luis Carlos Afonso, o ex-presidente da Funcef Carlos Alberto Ca-ser e o ex-presidente da Previ Ricardo Flores, além de ex-diretores desses fundos e da Valia, o fundo de pensão da Vale. Todos são acusados do crime de gestão temerária, por terem permitido investimentos sem as cautelas necessárias.

Outro dos 29 denunciados é Esteves Pedro Colnago Júnior, que era secretário especial adjunto de Fazenda e ontem foi nomeado chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais do Ministério da Economia. Ex-membro do Conselho Deliberativo da Funcef, ele é acusado de gestão temerária por ter participado de uma reunião que aprovou novos aportes na Sete Brasil.

“Como bem apontou a Previc em seu relatório do auto de infração nº 6/2018, de forma absurda, os conselheiros aqui denunciados (do Conselho Deliberativo da Funcef) aprovaram o investimento de mais de R\$ 1 bilhão no FIP Sondas sem sequer examinar o mérito do investimento, deixando para ‘momento posterior’

a ‘apresentação’ sobre o fundo”, aponta a denúncia, sobre a atuação de conselheiros da Funcef.

A denúncia faz referência à delação do ex-ministro petista Antonio Palocci. “Conforme esclarece o colaborador Antonio Palocci Filho, tanto Petrobras e Caixa, quanto suas patrocinadas Petros e Funcef, atuavam sob o comando do governo federal, a quem interessa o investimento na Sete Brasil” diz um trecho do documento.

ESCLARECIMENTOS

A Sete Brasil foi concebida durante o governo Lula para cuidar da construção de 28 sondas que serviriam à Petrobras na exploração do petróleo na camada pré-sal. Durante a Operação Lava-Jato, foi descoberto que essa nova empresa também captava propina para partidos políticos em troca de contratos das sondas. A investigação referente aos crimes contra os fundos de pensão ficou sob responsabilidade da Operação Greenfield, deflagrada em setembro de 2016.

A Petros disse, em nota, que está comprometida com a gestão responsável dos recursos e que está contribuindo nas investigações: “Neste contexto, vem colaborando de forma irrestrita com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e demais órgãos competentes, seguindo procedimento adotado desde o início das investigações nos fundos de pensão”.

Em nota do Ministério da Economia, Colnago afirma que está à disposição para esclarecimentos: “O assessor esclarece que todas as atividades exercidas como membro do Conselho Deliberativo da Funcef ocorreram em consonância com o regimento interno e demais normas legais”.

A Valia afirmou que “a decisão de investir no projeto FIP Sondas, com uma participação de apenas 2,56% do capital, seguiu rigorosamente o trâmite em todos os fóruns de assessoramento da fundação e foi fundamentada por vários aspectos técnicos”.

A defesa do ex-presidente da Funcef Carlos Alberto Ca-ser afirmou que só vai se manifestar após ter acesso aos autos. A defesa de Luis Carlos Afonso não respondeu.

Por meio de nota, Ricardo Flores afirma que está à disposição das autoridades para esclarecimentos e que “o investimento na FIP Sondas foi aprovado em decisão colegiada da Previ, amparado em consistentes pareceres técnicos”: “É importante ressaltar que a prudência e o zelo da Previ nessas análises já haviam sido reconhecidos no Relatório Final da CPI dos Fundos de Pensão e em relatório conjunto da própria Operação Greenfield com a Polícia Federal, ambos

públicos e disponíveis na internet” diz o texto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/01/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Fundos estatais perderam bilhões com fraudes na avaliação de ativos

Exposição dos malfeitos é necessária, mas há que se aperfeiçoar o controle. Avançam as investigações sobre fraudes nos fundos de pensão de empresas estatais. O Ministério Público Federal encerrou 2019 com uma ação de improbidade contra 26 pessoas e três empresas acusadas de provocar prejuízo de R\$ 1,4 bilhão nas fundações Funcef (Caixa Econômica Federal), Petros (Petrobras) e Postalís (Correios).

As perdas nos fundos de pensão estatais são bilionárias. Elas foram detectadas durante as investigações sobre corrupção na Petrobras, na Operação Lava-Jato, e há cerca de três anos repassadas a uma força-tarefa especialmente constituída em Brasília. A dimensão e a complexidade das fraudes financeiras já comprovadas, em tese, são suficientes para ocupar o grupo de procuradores pelos próximos oito anos, em tempo integral.

Havia método e organização no arдил montado em torno desses fundos, os maiores do país, responsáveis pela gestão do patrimônio que garante aposentadoria e pensões dos empregados das empresas públicas. Alguns padrões foram determinados.

Dos dez casos que motivaram a abertura das investigações, sob o codinome de Operação Greenfield, oito são relativos a investimentos realizados de forma temerária ou fraudulenta pelos gestores das fundações estatais em empresas privadas por meio de Fundos de Investimento em Participações (FIPs), instrumento financeiro utilizado pelo investidor para comprar participação acionária numa empresa, ou adquirir títulos de dívida (do tipo debêntures simples ou conversíveis em ações).

Descobriu-se que, nessa dezena de casos investigados, a trapaça começou na avaliação de ativos com sobrepreço — similar ao superfaturamento em obras públicas.

Entre 2009 e 2014, por exemplo, diretores de Funcef, Petros e Postalís, em parceria com executivos do Multiner e com empresas de consultoria, aportaram o equivalente a R\$ 1,4 bilhão no FIP Multiner, para construção, montagem e

operação de uma termelétrica em Manaus. O Multiner não valia tanto. Ao contrário, já era inviável financeiramente.

Desse investimento nada restou para os fundos de pensão. Perderam 100% do capital, e o FIP Multiner ainda contabiliza um saldo negativo de R\$ 398,5 milhões. O Ministério Público pediu à Justiça indenização de R\$ 4 bilhões pela coletânea de crimes, que abrangem enriquecimento ilícito, dano ao Erário e atentado aos princípios da administração pública.

A exposição das fraudes nos fundos de empresas estatais é necessária, mas é preciso absoluto rigor no aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, controle e punição, para que não se repitam.

MME / ASCOM .